

Uma memória da trajetória do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo

José Antonio MARTINUZZO¹

Resumo: O artigo busca constituir uma memória acerca da criação e da trajetória de 38 anos do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), hoje Departamento de Comunicação Social, responsável pela oferta de três cursos de graduação: os pioneiros Jornalismo e Publicidade de Propaganda e o recém-implantado Audiovisual. Seguindo o padrão de desenvolvimento tardio, o Estado só teria seu curso implantado em 1975, 28 anos após a instituição do inaugural curso de Jornalismo no Brasil, criado em 1947, pela Cásper Líbero, em São Paulo.

Palavras-chave: Curso de Comunicação Social; História; Espírito Santo.

Una memoria de la trayectoria de la carrera de Comunicación Social de la Universidad Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumen: El artículo pretende ofrecer una memoria acerca de la creación y la historia de 38 años del Curso de Comunicación Social de la Universidad Federal de Espírito Santo (UFES), hoy el Departamento de Comunicación Social, responsable de ofrecer tres cursos: los pioneros de Periodismo y de Publicidad y Propaganda y el recientemente implementado Audiovisual. Siguiendo el modelo de desarrollo tardío, el Estado sólo tendría su curso creado en 1975, 28 años después de la creación

del curso inaugural de Periodismo en Brasil, creado en 1947 por Cásper Líbero de São Paulo.

Palabras-clave: Curso de Comunicación Social, Historia, Espírito Santo.

Introdução

O passado pode ser observado e narrado de diferenciadas formas. É fonte de múltiplas interpretações pautadas pela atualidade do narrador e sempre orientadas por um determinado horizonte almejado.

Um fato concreto pode suscitar, pois, diversas memórias. Depende de como foi registrado no tempo próximo de seu acontecimento e, principalmente, do tempo de quem o relembra, de quem o relê e o reconta. Memória não é passado, é leitura presente do que passou com vistas a um futuro desejado (HALBWACHS, 1990; POLLACK, 1989).

E por que memória é importante? Recorremos a Le Goff, que, ao conceituá-la, demarca sua relevância: “um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (2003, p. 469).

Importante salientar, segundo o mesmo autor, que “tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (p. 35).

Conforme afirma Le Goff, “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (p. 471).

A comunicação capixaba, como de resto o Estado do Espírito Santo, carece de memória, ou de memórias – algo que pode ser conectado ao déficit de referência à maioria dos aspectos da vida capixaba em âmbito nacional.

Em função dessa lacuna memorial, como professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), instituímos, em 2004, o Projeto de Extensão Comunicação Capixaba (CoCa). O objetivo é constituir uma memória da trajetória da comunicação espírito-santense, incluindo a história do curso de Comunicação Social da Ufes.

¹ Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Comunicação pela UFF. Mestre em Comunicação, Imagem e Informação (UFF). Coordenador e pesquisador dos grupos Sociedade Midiatizada e Práticas Comunicacionais Contemporâneas; e Comunicação e Cotidiano (Ufes). martinuzzo@car.ufes.br, martinuzzo@hotmail.com

Já foram editados sete livros, dando conta dos principais setores e movimentos da área². As publicações são editadas, coordenadas e organizadas por este autor, a partir de pesquisa e texto de alunos voluntários, que recebem orientação específica para tal.

É a partir da edição dedicada a contar a trajetória do curso de Comunicação Social da Ufes (MARTINUZZO, 2005) que se escreve parte deste artigo, que também traz informações atualizadas por pesquisa do autor, de modo a contemplar as mudanças registradas nos últimos oito anos, período pós-lançamento daquele livro.

Aqui a principal questão é estabelecer uma memória, ainda que fundamentalmente descritiva, acerca de criação e trajetória do curso de Comunicação Social da Ufes, sendo que, para tal, parece-nos importante compreender o contexto socioeconômico e político-midiático capixaba em que esse fato se insere.

Nesse sentido, para melhor entender a contingência e as determinantes da criação e caminhada do curso, hoje Departamento de Comunicação Social, inicia-se este artigo com um mapeamento da realidade socioeconômica e política das terras capixabas.

Em seguida, apresenta-se a caminhada do negócio da comunicação espírito-santense, para, em seguida, já com os elementos necessários à narração contextualizada, se contar a trajetória da área da Comunicação Social na Ufes. Para fazer uma breve aproximação acerca das tendências da área, antes de concluir, apresentam-se análises sobre o campo comunicacional.

Registre-se que se faz toda essa contextualização considerando-se que a demanda, a constituição e a permanência de um curso de graduação ocorram em razão de questões e interesses hegemônicos registrados na comunidade em que tal fato se coloca.

Em função do enquadramento descritivo deste artigo, importante salientar que não se considera que a trajetória concreta de fatos e ocorrências da realidade se dê a partir de uma linearidade histórica, que é inexistente. Aqui também não se comunga da ilusão de uma narrativa totalizante.

Feitas as observações, firma-se: o que se objetiva é organizar um relato que destaque pontos decisivos, na visão deste autor e das fontes ouvidas, acerca de trajetória da Comunicação Social na Ufes, sem, necessariamente, confundir tal caminhada com evolução.

Desenvolvimento tardio

Mesmo localizado estrategicamente no litoral do sudeste brasileiro, o Estado do Espírito Santo apresenta uma trajetória marcada pelo desenvolvimento tardio. Ainda hoje, a política mantém-se periférica. A economia ganhou relevância somente pela inserção capixaba no projeto brasileiro de exportação de commodities a partir de meados do século passado.

Como se verá mais adiante, na segunda seção deste artigo, o que aqui se chama de *delay* capixaba também se registraria na área das comunicações/impressão, incluindo a criação tardia do Curso de Comunicação Social da Ufes.

Constituído como capitania em 1535, o Espírito Santo experimentou, durante o período colonial/imperial, um tempo de desterro. Barreira verde para proteção das Minas Gerais, de 23 de maio de 1535 até meados do século XIX, o Estado foi, por séculos, basicamente terra ignorada.

Bueno (1999) cita Varnhagen, em relato de em 1854: “apesar de tão boas terras, com um porto excelente e rios navegáveis, a Capitania ainda permanecia sem desenvolver-se, e reduzida a uma população que não medra e a um solo cujas matas-virgens estão quase todas sem romper-se”. Até 1880, anuncia Schayder (2002), “não havia ocorrido a efetiva interiorização da colonização do Espírito Santo”. A ocupação “arranhava o litoral”.

A República, antecédida, entre outros fatos, pelo fim da escravidão e pelo estabelecimento da política de ocupação por mão-de-obra imigrante, trouxe uma nova conjuntura ao Estado, iniciando-se uma nova era da história espírito-santense.

Apesar de o regime republicano ter-se instalado sem mobilização popular e estar devotado aos interesses da elite – o outro nome da República Velha (1889/1930) pode ser República dos Coronéis –, mudanças existiram. Por exemplo, pela primeira vez, depois de séculos, o Espírito Santo seria governado por um capixaba.

Na nascente República brasileira, com projetos de “liberdade, igualdade e fraternidade”, além de “ordem e progresso”, o Estado pôde avançar em alguma medida. Realizações um pouco mais relevantes se registram apenas nas primeiras décadas do século XX, principalmente após 1908, com a convergência de interesses das elites político-econômicas locais.

Durante a República Velha, os esforços se deram em torno do adensamento populacional do interior; da oferta de infra-estrutura para escoamento da produção;

² Cf. www.comunicacaocapixaba.com.br.

da modernização da economia, com instalação de indústrias; e da urbanização da capital, no intuito de torná-la efetivamente o centro político-administrativo do Estado.

Dos anos 30 até a década de 60, o Estado viveu dias de alternância entre privilégio à agricultura e à industrialização, com essa polarização explicitada nas disputas políticas entre grupos ligados às elites de origem agrária e às de lastro urbano.

Por determinantes nacionais e internacionais, nos anos 1960, o Estado experimentou uma mudança no eixo da economia. Promoveu-se a erradicação dos cafezais – 180 milhões de pés foram sacrificados, ou 54% do total plantado.

Os governadores biônicos foram os responsáveis pela chamada “Grande Virada”, em que de uma economia predominantemente agrícola, passamos a uma essencialmente industrial e urbana”, afirma Schayder (p. 116).

Os grandes projetos industriais, localizados essencialmente na Grande Vitória, transformaram o perfil socioeconômico do Estado. Com incentivos fiscais, os investimentos privados foram potencializados, levando à modernização da indústria e à movimentação do setor de prestação de serviços e comércio.

A industrialização trouxe grandes complexos de infra-estrutura, especialmente portos, e uma capacidade logística que são hoje fatores decisivos para qualquer estratégia de comércio exterior do Brasil. A industrialização do Espírito Santo foi tardia, mas chegou com o foco estratégico para o momento histórico mundial da globalização: o comércio exterior em bases competitivas.

Esse movimento econômico disseminou uma nova cultura de planejamento e organização produtiva e comercial que acabou alcançando a agricultura, que, mais adiante, experimentou um grande processo de modernização e diversificação.

A vocação para o comércio, com o fortalecimento do Espírito Santo pelo investimento em infraestrutura e atividades comerciais acabou por estabelecer-se na segunda metade do século XX, dando ao Estado capixaba *know-how* e logística nacionalmente privilegiados com relação à economia mundializada.

A caminhada no século XX deu ao Espírito Santo personalidade econômica, posição de destaque nas relações comerciais nacionais com o mundo, seja no comércio exterior, seja na produção de commodities que fazem girar a indústria mundial, seja na logística disponível.

Mas, apesar dos avanços econômicos ao longo do século e da retomada democrática na década de 80, o final dos anos de 1900 e o início do novo milênio foram marcados pelo descontrole político-administrativo, sobreamento da máquina governativa pela assunção do crime organizado e da corrupção endêmica, com importantes reflexos socioeconômicos.

A partir de 2003, numa coalizão entre forças políticas progressistas e movimentos da sociedade civil organizada, o Estado inicia um processo de reconstrução da máquina governativa no âmbito dos Três Poderes.

Com a retomada da estabilidade político-administrativa, registra-se o início de uma nova fase de desenvolvimento socioeconômico, com a volta de investimentos públicos e ampliação dos negócios privados, principalmente aqueles vinculados à exportação de commodities metálicas e alimentícias e à exploração de petróleo e gás, incluindo o pré-sal. (VESCOVI, BONELLI, 2010).

A comunicação na vida capixaba

Conforme salientado há pouco, a inserção tardia do Estado capixaba nos processos de desenvolvimento socioeconômico e político nacionais coloca-se também na questão comunicacional.

Por exemplo, o Brasil já contabiliza mais de dois séculos de imprensa, tendo como marco inaugural das comunicações o ano de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao País. Mas o Estado do Espírito Santo ainda está longe de chegar à marca dos 200 anos.

Nas terras capixabas, só se teve notícia do primeiro jornal no ano de 1840, com o lançamento de *O Estafeta*, que ainda por cima só publicou um único número. Alguma regularidade só mesmo a partir de 1849, com a publicação de *O Correio da Vitória*.

Com 32 anos de atraso na cronologia dos periódicos pioneiros em todo o País, o Estado só fica na frente de Amazonas e Paraná, que se tornaram províncias do Império somente em 1850 e 1853, respectivamente (GONTIJO, 2004).

Como se vem assinalando, esse é mais um capítulo da história capixaba a comprovar que o Espírito Santo experimenta um elenco de “atrasos” com relação a vários aspectos do desenvolvimento nacional, incluindo a criação de um curso de Comunicação Social, objeto deste artigo.

Atualmente, não é muito diferente, pelo menos em algumas áreas do campo da comunicação. Quando uma outra revolução, a TV digital, tiver celebrações Brasil afora, o Estado terá um de novo déficit de velinhas em comparação com os demais Estados, pelo menos com os seus vizinhos do Sudeste.

Apesar de o Brasil ter inaugurado as transmissões digitais em 2007, os primeiros sinais constituídos pela combinação de “zeros” e “uns” circularam no Estado somente em 2009. Menos mal, um atraso de quase dois anos, se comparado com as três décadas de espera pelas primeiras impressões capixabas.

Mas até chegar à TV digital, o Estado do Espírito Santo percorre quase dois séculos de uma peculiar história do negócio da comunicação. A expansão dos jornais deu-se principalmente com a sua vinculação à causa republicana, no final do século XIX.

As batalhas pelo protagonismo político vão marcar a ampliação dos impressos ao longo de toda a primeira metade do século XX. Depois de um período de investimentos em profissionalização da produção, a partir dos anos 70 e 80, os impressos diários de relevância se restringiram a dois títulos atualmente: *A Gazeta* e *A Tribuna*.

O rádio começa as emissões nos anos 30, por mãos estatais, e atravessa um século XX de concessões entre políticos e seus sócios, empresários e igrejas – trajetória que não se modificou neste novo milênio.

Cumprindo um calendário de atrasamentos recorrentes em vários aspectos importantes na história capixaba, o negócio da televisão chega ao Espírito Santo nos anos 1960, mais de uma década depois de ter-se instalado no Brasil (MARTINUZZO, 2008).

A trajetória do Curso de Comunicação Social da Ufes

Nos anos 1970, com a consolidação de um circuito midiático composto por emissões via meios impressos, radiofônicos e televisivos, num ambiente de renovação de seu paradigma econômico, o Estado do Espírito Santo registra condições que demandaram a criação de um curso superior na área de Comunicação Social.

Destaca-se, no entanto, que essa novidade tardia também se impôs por questões legais acerca do exercício da profissão, definidas no âmbito da ditadura militar então estabelecida no País. Os detalhes de toda essa história, a seguir.

Da criação ao reconhecimento

Vinte e oito anos depois de a Faculdade Cásper Líbero ter sido fundada em São Paulo em 1947, o curso de Comunicação Social é efetivamente instalado na Universidade Federal do Espírito Santo em 1975. Foi o primeiro curso de Comunicação implantado no Estado capixaba, um dos últimos da Federação a ofertar uma graduação dessa natureza.

Registra-se que a criação de cursos de Jornalismo no Ensino Superior brasileiro foi regulamentada pelo Decreto-Lei 5.480, de 13 de Maio de 1943. Ou seja, considerando-se a questão legal, o *delay* capixaba é de 32 anos, inserindo-se na lógica de vários atrasamentos que marca da história espírito-santense.

Antes de se falar do contexto local da criação do curso capixaba, é importante demarcar que a legislação brasileira, neste caso basicamente instituída e reformulada várias vezes durante a ditadura militar, foi um importante impulsionador da instalação de cursos de Comunicação Social no País:

O Decreto 1.177 de 12 de junho de 1962 introduz na lei disposições sobre registro de diplomados. Em 17 de outubro de 1969 o Decreto-Lei 972 estabelecia que os profissionais contratados fossem graduados na área. [...] O Decreto-Lei nº 65.912, de 19 de dezembro de 1969, exigia que pelo menos dois terços dos profissionais atuantes no mercado possuísem registro. Também há outros decretos-leis sobre o registro (13 de dezembro de 1963, 13 de março de 1979). [...] Deve-se notar, ainda, que a lei também regulamentou outras habilitações da Comunicação Social. A criação da profissão de publicitário foi definida pela Lei 4.680, de 18 de junho de 1965. Uma outra habilitação prevista no curso de Comunicação Social, mas não oferecida pela Ufes, as relações públicas, foi disciplinada pela lei 5.377, de 11 de dezembro de 1967 (Uliana et al., 2005, p. 18).

O curso de Comunicação Social da Ufes foi criado em meio a um processo de mudanças no cenário socioeconômico e comunicacional capixaba. Conforme dito, o Estado passava de uma economia agrária, fundada na cafeicultura, para uma base produtiva fabril-exportadora, com forte presença das commodities metálicas.

O cenário da comunicação também se modificava, com a implantação das emissoras de TV, incluindo a realização de programação local; o investimento em

moldes produtivos empresariais nos jornais impressos; e a ampliação do número de emissoras de rádio, com destaque dado ao jornalismo, entre outros.

O jornalismo em alta e a exigência de formação acadêmica para o exercício da profissão, numa cena de vigor econômico, levaram à ampliação da demanda por profissionais diplomados. No final dos anos 1970, “estima-se que o mercado demandava cerca de 150 profissionais diplomados”, relatam Uliana et al. (2005, p. 19) sobre os primeiros tempos do curso de Comunicação Social da Ufes.

Nessa contingência e com a pressão direta dos grupos de comunicação, principalmente o maior deles, a Rede Gazeta de Comunicações, que possuía jornal, emissoras de rádio e estava entrando no mercado de TV, a Universidade Federal do Espírito Santo, que vivia uma fase de expansão de cursos, cria a habilitação em Comunicação Social em 1974, implantando-a no ano seguinte.

De acordo com Carlos Fernando Lindenberg Filho, ex-diretor geral da Rede Gazeta, “com a transformação dos jornais em empresas estruturadas, eles próprios enxergaram a necessidade de se implantar o estudo teórico e científico da profissão que enriquecesse e valorizasse os conhecimentos dos profissionais. Para acomodar a situação de quantos já trabalhavam sem o curso específico, eles foram registrados como ‘provisionados’, mantendo-se o exercício de sua profissão sem embargo da atuação de quantos concluíam o curso”.

“Todos nós éramos jornalistas sem preparo universitário. Eu, como jornalista, comecei a fazer uma campanha na minha coluna, para a criação do curso de Jornalismo na Universidade. Não se justificava que, com tantos jornais em Vitória, revistas e tudo, não se tivesse nenhum jornalista diplomado, formado”, afirma Hélio Dórea, à época, colunista do jornal *A Gazeta* e presidente da Associação dos Jornalistas.

Foi um início de improvisações e decisões provisórias, por inconcebível que isso possa parecer nos dias de hoje. Como o curso foi criado para atender à demanda das empresas, havia a decisão de se fazer inicialmente três vestibulares. Mais concursos, apenas depois de detectada novas necessidades do mercado de trabalho estabelecido. Ou seja, o curso nasceu com data marcada para “morrer”.

Em 1974, a Ufes encaminhou ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) solicitação de criação do curso de Comunicação com as seguintes condições: “Os referidos cursos [de Comunicação e de Biblioteconomia] te-

irão caráter não permanente, estando prevista a formação de três turmas, com número não superior a 240 profissionais (80 por curso por ano) necessários ao atendimento da demanda do Estado, após o que não serão realizados novos vestibulares”.

Nessas condições, a criação do curso de Comunicação pela Ufes ocorreu em 11 de setembro de 1974, pela resolução número 16/74 do Conselho Universitário, dois dias após a autorização pelo MEC. O artigo 4º da resolução do Conselho Universitário informava que, “decorrido o prazo de 3 (três) anos, a Universidade só poderá abrir novas vagas se comprovada a necessidade do mercado de trabalho e renovada a autorização ministerial”.

Com esse começo mercadologicamente utilitarista, e em caráter provisório, o curso não recebeu nenhum investimento de porte. Funcionou na base do imprevisto. Foi localizado, sem explicações, no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

“Para começar, uma coisa que ninguém entendeu: ele ficou no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Informações não-confirmadas dão a explicação: nenhum outro Centro quis acolhê-lo”, relata José Irmo Gonring, ex-aluno e ex-professor do curso.

Integrante da primeira turma de jornalismo e ex-professora do curso, Glecly Coutinho complementa: “O pessoal do curso de Artes não queria que a Comunicação fosse para lá. Eles já falavam que a gente era baderneiro e comunista. Nós queríamos que o curso fosse ligado a eles, mas ninguém queria o curso. Aí, depois, o pessoal da Administração, que na época todo mundo dizia que eram os mais retrógrados, foi que aceitou o nosso curso”.

A vinculação a um departamento já existente, no caso, o de Administração, ocorreu porque o Artigo 49 do Estatuto da Ufes dizia que os departamentos só poderiam ser instituídos com, “pelo menos, doze docentes, devendo seu pessoal e suas atividades, antes de alcançado esse mínimo, serem incorporados, para todos os efeitos, a outro departamento que com ele tenha maior afinidade”.

As diretrizes didático-pedagógicas do curso ficavam a cargo de uma Comissão Permanente de Integração Curricular (CPIC), designada pelo reitor e coordenada pelo sub-reitor acadêmico. Representantes de cada um dos departamentos que ministravam as disciplinas do currículo mínimo da graduação (Filosofia, Psicologia, Letras, Ciências Sociais, Sociologia, História, Administração, Direito Público) organizavam o plano de curso,

encaminhando-o à aprovação do Conselho de Ensino e Pesquisa.

No início de 1975, foi realizado o primeiro vestibular, com 80 vagas. Após três anos, em 1978, as duas primeiras turmas se formaram, sendo basicamente constituídas por profissionais que já trabalhavam no mercado local. Eram, em grande parte, os “provisionados” em busca de diploma.

Também se registrava a presença de recém-saídos do ensino secundário, o que gerava desafios aos professores na hora de ministrar disciplinas a públicos tão distintos do ponto de vista da cognição para atuação na área.

Um outro desafio era lidar com a “fiscalização” dos prepostos da ditadura militar infiltrados no campus da Ufes, com olhares especiais aos “comunistas e baderneiros” da Comunicação.

Na lista de desafios desse início, registra-se ainda a peregrinação por salas de aulas espalhadas por pelo menos quatro centros do campus universitário de Goiabeiras, bairro da capital Vitória.

O que falar, então, de equipamentos e laboratórios? As primeiras máquinas de escrever eram refúgio dos setores administrativos da universidade. As aulas de TV e rádio eram oferecidas fora do campus, por intermédio de convênio com a *TVE* e a *Rádio Espírito Santo*.

A contratação de docentes também era problemática, com lentidão, atrasos. Ademais, nem sempre havia professores com graduação em Comunicação. A solução era sempre contratar profissionais com algum curso superior e experiência de mercado na comunicação.

Quanto ao primeiro currículo, de 1975, a grade era generalista, oferecendo formação multidisciplinar em Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Editoração e Jornalismo, tendo em vista a preparação de profissionais polivalentes para o mercado.

Esse multidisciplinaridade estava na origem de dificuldades já relatadas como contratação de docentes e montagem de laboratórios. Assim, em novembro de 1976, a CPIC do Curso de Comunicação Social sugeriu a instituição de habilitações específicas. À época, as disciplinas práticas oferecidas contemplavam apenas o Jornalismo, por exemplo.

Com toda a sorte de dificuldades e desafios, o curso se manteve e, em 20 de outubro de 1977, pouco antes do fim previsto para graduação (último vestibular), a Ufes solicitou ao MEC o reconhecimento do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Devido aos problemas já mencionados (docentes, infraestrutura, laboratórios, etc.), o Ministério da Educação, após parecer de comissão externa, faz uma série de exigências para a aprovação do curso.

Apesar do não reconhecimento, a universidade fez novos vestibulares em 1978 e 1979, ano em que, finalmente, o Conselho Federal de Educação reconhece o Curso de Comunicação Social da Ufes através do parecer 7.610/78, Decreto nº 83.220 de 1º de março de 1979, publicado no dia seguinte no Diário Oficial da União.

Acerca dos primeiros tempos, os depoimentos são elucidativos e reforçam o desafio de empreitada. Sibyla Baeske, primeira professora contratada especificamente para o curso de Comunicação, reporta os problemas enfrentados à época: “As primeiras turmas tinham grande número de alunos com experiência em jornal, em graus variados. Já os demais vinham direto da escola secundária. Como estabelecer conteúdos e metas em turmas tão heterogêneas? Os meus colegas jornalistas da época, enquanto alunos, tiveram muita paciência comigo. Quem sabe intuíram que, com coragem e boa vontade, além de quinze anos de profissão, eu tentava enfrentar a improvisação reinante”.

A ex-professora e também ex-aluna Glecy Coutinho aponta precariedades e dificuldades enfrentadas: “No começo, as aulas eram só teóricas. Quando nós começamos a fazer as matérias práticas, não havia máquinas de escrever. A Ufes e o CCJE fizeram um acordo com o Senac para a gente fazer as aulas práticas. Quando nós chegamos lá, eles queriam que nós nos matriculássemos como alunos de datilografia. Aí, nós achamos ruim e saímos de lá. Então, o doutor Roberto Evaldi, que era coordenador do curso de Administração, mandou uns funcionários percorrerem a Ufes todinha para procurar onde é que havia máquinas de escrever que estavam encostadas e montou para nós uma sala. Só que as máquinas eram de vários tipos. Mais adiante, o pessoal ficou revoltado com aquelas máquinas de escrever. Pegaram as máquinas, botaram na cabeça e jogaram tudo lá na porta da Reitoria. Então, eles compraram sete máquinas de escrever belíssimas, modernas. Não durou uma semana, porque cinco delas foram roubadas”.

Sobre esse tema, a professora Sibyla Baeske também comenta: “até conseguir papel para datilografia não era fácil. Imprimir jornais e revistas era outra batalha, a cada semestre”.

Segundo Domingos Freitas Filho, um dos fundadores do curso e seu professor por oito anos, além das dificuldades internas, e também como resultado delas, “as redações dos jornais reclamavam que os primeiros alunos formados chegavam lá despreparados para o exercício das suas funções. Lutei muito para que o curso fosse levado a sério pelas autoridades universitárias. Comprei muitas brigas, fiz alguns inimigos, mas o curso está aí com um perfil e uma história muito boa para ser contada”, afirmou.

A instituição do Departamento de Comunicação Social

A exemplo do que ocorreu na cena socioeconômica e político-cultural do Brasil dos anos 1980, a contingência da universidade, e em especial a do Departamento de Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Propaganda), também foi de muitas mudanças e dinamismo.

Depois dos imprevistos e desafios do início, o curso de Comunicação Social começa a década de 80 com melhores condições de funcionamento, mas as dificuldades e incertezas não haviam desaparecido do horizonte.

Para conseguir o reconhecimento, a Ufes fez vários convênios com instituições públicas para oferta de aulas laboratoriais. Essa estratégia nunca funcionou bem. Ou seja, a luta por condições básicas de ensino-aprendizagem se mantinha.

Os anos 80 começam com nova grade curricular para os cursos da Comunicação Social. Apesar da previsão de três graduações na área (Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas), a Ufes passou a oferecer somente os dois primeiros.

Juntamente com a implantação dos novos currículos, veio o desafio de se criar um departamento específico para a Comunicação Social, até então vinculada ao departamento de Administração.

Depois de muita disputa interna no centro, com discussões por quase dois anos a partir de 1978, os professores da Comunicação Social tiveram seu departamento criado em 30 de abril de 1980, permanecendo localizado no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE).

O depoimento da ex-professora do curso Elizabeth Rondelli desvela os bastidores da movimentação que levou à criação do setor: “Contávamos com alguma resistência do Departamento de Administração, mas principalmente com as resistências das chefias dos departamentos de Economia, de Direito Público e de Direito

Privado, que ocupavam há muitos anos a direção do CCJE e não queriam ver o poder administrativo que controlavam ameaçado pela criação de mais um departamento. Por isso, os conflitos eram constantes e se manifestavam principalmente na reunião do Conselho Deliberativo do CCJE, em que o coordenador do curso de Comunicação Social tinha direito a voz e não a voto”.

Depois de muita pressão, incluindo o condicionamento da implantação do novo currículo à criação do departamento, aos poucos, alguns professores passaram a apoiar a implantação de uma estrutura específica para a Comunicação Social. “Não sei por que a gente caiu nas graças de um dos chefes do Departamento de Direito, o professor Mauricio de Oliveira. Ele começou a apoiar e aí alguns outros também ajudaram”, conta Tânia Mara Corrêa Ferreira, ex-professora do curso.

Uma outra mudança foi a efetivação dos professores do departamento, ocorrida em 1981. No entanto, falta de laboratórios e equipamentos, carência de professores e problemas com localização de salas de aula, entre outros, ainda se mantinham.

Em 1985, a área é novamente alcançada por uma mudança nas diretrizes curriculares. A grade montada a partir desse norma vai orientar, salvo algumas poucas modificações, a formação de alunos que ingressaram no cursos do departamento até o segundo semestre de 2003.

Da parte dos estudantes, tem-se desde o Balão Mágico, famoso movimento surgido em 1984 que questionava de maneira pouco ortodoxa, com performances públicas e *happenings*, as relações de poder e as metodologias do ensino superior, até a volta do Centro Acadêmico, após a redemocratização.

Também coube aos alunos a movimentação por uma rádio na universidade. A partir de uma emissora pirata, a Rádio TX, clandestinamente instalada na Biblioteca Central, iniciou-se efetivamente o processo de conquista da concessão da Rádio Universitária, ocorrida nos anos 90.

Falando nisso, a última década do século XX foi marcada por algumas conquistas importantes. Entre 1992 e 1995, os cursos do Departamento de Comunicação Social ganharam o seu primeiro edifício de laboratórios. Em 1995, a informatização recebeu impulso significativo.

Em 1993, o Departamento promoveu a 16ª edição do Congresso Nacional da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Nessa mesma década, foi criado o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão (NEXO).

Ainda nos anos 90, os estudantes estiveram à frente de movimentos de produção e circulação de audiovisual (Cine Facatrua, GRAV). Em 1997, os alunos criaram a Empresa Júnior de Comunicação Social (Ecos Jr.) Também se consolidaram projetos laboratoriais históricos, como o jornal *Primeira Mão*.

Novo século, muitas novidades

O novo milênio chegou abrindo uma temporada de muitas novidades para o Departamento de Comunicação Social. Os anos 2000 começaram com a modernização dos laboratórios (2003), a criação de jornal na Internet (Universo Ufes, em 2002), o lançamento do programa radiofônico Bandeirão 104.7 (no ar até hoje na Rádio Universitária) e a implantação do novo currículo dos cursos do Departamento de Comunicação Social (2004).

No entanto, duas grandes mudanças ainda estavam para acontecer: a tão almejada mudança de centro e a criação de uma nova graduação no Departamento de Comunicação Social.

Conforme salientado, desde a instituição do curso de Comunicação Social em 1975, a sua alocação no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) era causa de insatisfação interna. O desejo de mudança era motivado por dissimetrias entre as áreas, sem falar na falta de infraestrutura para as graduações em Comunicação, sempre reinante.

A ida para o Centro de Artes (CAR), localização sempre almejada pelo curso, foi articulada no sentido de localizar o departamento é um espaço físico e uma estrutura administrativa nos quais se pudesse estabelecer um diálogo interdisciplinar mais efetivo, e com melhores condições de ensino-aprendizagem.

A mudança de centro foi aprovada pela Resolução 07/2005 do Conselho Universitário da Ufes em 10 de março de 2005. Juntamente com o Departamento de Comunicação Social foram para o Centro de Artes verbas federais liberadas para a construção de um prédio de laboratórios multimídia, que passaria a atender a todas as graduações daquele Centro.

O novo prédio de laboratórios, denominado Professor Arlindo Castro, ex-docente da área de audiovisual do Departamento de Comunicação, passou a ser usado em maio de 2009. Dispõe de salas de aula, laboratórios de áudio, de vídeo e de informática, auditórios, ilhas de

edição, estúdios de TV, estúdios de fotografia e salas de apoio, entre outros. É popularmente conhecido como “Bob Esponja”, pelo seu formato arquitetônico quadrado.

Sobre a mudança de Centro, a concretização desse projeto foi vista, à época, com entusiasmo pelos professores. “Eu sempre fui contra mudar para o Centro de Artes, porque todas as vezes em que veio, essa proposta era, na verdade, um projeto de ceder muito para eles, era dividir a nossa miséria que foi conquistada a duras penas. Hoje, eu sou a favor, porque, pra gente, é uma questão de sobrevivência. Se a gente quer crescer, ampliar o mercado, abrir pós-graduação, tem que juntar forças com quem é de área próxima”, afirmou o professor Júlio Martins.

A outra grande novidade dos últimos anos foi a criação do curso de Audiovisual. De acordo com o cineasta e professor doutor Erly Vieira Jr., do Departamento de Comunicação Social, em entrevista ao autor, a contingência sociocultural, econômica e política, especialmente no Espírito Santo, mas também no Brasil e no mundo, que levou à e permitiu a criação da graduação de Audiovisual na Ufes está fortemente relacionada com a inserção dos meios de produção desse tipo de narrativa no dia a dia das pessoas.

“Nos últimos dez anos, atravessamos um processo de expansão desenfreada dos meios de produção audiovisual, que cada vez mais se cristalizam na vida cotidiana. Vivemos numa época em que a tecnologia digital e a internet permitem a cada indivíduo ser produtor e difusor de conteúdos audiovisuais. A tecnologia disponível nos celulares e *handycams* também já possui uma qualidade técnica satisfatória para sua produção (isso sem contar o barateamento de computadores de edição e de câmeras semi-profissionais e profissionais)”, considera Vieira Jr.

Para o professor, com a democratização dos meios de produção e difusão de narrativas audiovisuais, criou-se um novo paradigma de comunicação, com novas oportunidades e desafios no campo. Nessa nova realidade, diz Vieira Jr., “muitas são as possibilidades de que os diversos grupos sociais se comuniquem audiovisualmente, sem necessariamente terem de passar pelos meios convencionais de teledifusão. Todo esse contexto gera um incremento na produção e exibição de conteúdos diversos, desde peças publicitárias a projetos autorais (ajudados pela expansão, desde 2000, do circuito de festivais de cinema, mostras e cineclubes), passando por projetos de entretenimento diversos (que antes ficavam restritos somente às

emissoras de televisão) e até mesmo de conteúdos para os canais digitais e suas inúmeras possibilidades”.

Uma das faces desse novo modelo comunicacional é também a modificação no quadro tradicional das profissões no campo da comunicação. De acordo com o professor, “as profissões voltadas para o audiovisual passaram a ter uma demanda bem maior nos últimos anos, tornando-se um dos mercados de trabalho mais promissores num futuro próximo. Dessa forma, a Ufes não poderia ficar fora disso, ainda mais sendo uma universidade pública. Daí oferecer a habilitação, bem como incrementar a pesquisa científica e as atividades de extensão na área”.

Falando nas razões bem atuais da criação do curso, o professor Erly Vieira Jr. Também destaca que o desejo de se instituir uma habilitação em audiovisual na Ufes era antigo, “mas esbarrava na carência de professores especializados”. Para viabilizar o curso, o Departamento de Comunicação entrou no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). “Fizemos uma proposta enxuta de curso, a partir da possibilidade de contratação de seis novos professores, além dos já existentes no corpo docente do Departamento de Comunicação”, conta o professor.

No primeiro semestre de 2009, iniciou-se a elaboração do projeto pedagógico. De acordo com o professor, no final daquele ano, a habilitação foi ofertada no vestibular, iniciando-se as aulas em 2010-1. A montagem do curso “envolveu pesquisa em várias grades/estruturas curriculares ofertadas pelas universidades brasileiras, além de certas adequações a um perfil que nos interessava”, considera.

Segundo Erly Vieira Jr., “a ênfase do curso se dá nas áreas de roteiro, tanto ficcional quanto documental ou de videoclipe, e de documentário (teoria e prática), embora o braço ficcional também seja forte no curso”. Ainda sobre a estruturação do curso, o professor diz: “queríamos uma habilitação que dosasse teoria e prática, 50/50 se possível, de modo que desde o primeiro período os alunos produzissem trabalhos práticos experimentais e tivessem também contato não só com as teorias clássicas da comunicação e do audiovisual/da imagem, mas também pudessem conhecer perspectivas teóricas contemporâneas. A ideia era formar tanto alunos voltados para pesquisa quanto profissionais que pudessem suprir certos setores com demandas locais e nacionais (produção de documentários para TV e cinema, vídeos, etc.). E o perfil de aluno que tem entrado supre essas duas possi-

bilidades, tanto a teórica quanto a prática, inclusive com as primeiras participações dos alunos em congressos e em mostras estudantis audiovisuais locais e nacionais”.

O novíssimo curso de Audiovisual, integrado ao Departamento de Comunicação Social quando este completava 35 anos, oferece 30 vagas anuais, com ingresso no segundo semestre letivo. Como ocorre nos casos das outras graduações do departamento (Jornalismo e Publicidade e Propaganda), ao todo são oito semestres de estudo.

Um diferencial da nova graduação, segundo Erly Vieira Jr., é a “oferta de optativas em número bem maior que nas outras habilitações”. O professor revela, ainda, que “há a inclusão de conteúdos das ciências humanas (sociologia, filosofia, política, história e antropologia) dentro das disciplinas ofertadas pelo departamento, de modo que o conteúdo seja sempre direcionado ao contexto audiovisual, especialmente em disciplinas optativas e nas teóricas obrigatórias”.

Ao avançar no processo de atualização do diálogo entre Academia e realidade socioeconômica, política e cultural, como mostra a criação da graduação em Audiovisual, o Departamento de Comunicação Social se rejuvenesce e, ao mesmo tempo, cumpre uma das mais importantes missões da Universidade.

De toda sorte, é preciso salientar que um outro antigo projeto ainda permanece inalcançado: a instituição de um programa de pós-graduação (mestrado) na área de Comunicação na Ufes. Quadro e produção docentes estão entre os principais desafios a serem ultrapassados, sendo que, nos últimos anos, os investimentos nessas questões têm se avolumado.

Midiatização e o lugar da comunicação

A longevidade do Departamento de Comunicação, que se originou de um curso instituído com extinção datada, a criação da graduação em Audiovisual, em 2010, e o investimento na criação de um mestrado, intensificado nos últimos anos, podem ser vistos como um sinalizador do quão dinâmico e central é o campo da comunicação para a sociabilidade contemporânea.

Nesse sentido, também é de se registrar que os cursos tradicionais do Departamento de Comunicação Social da Ufes, Jornalismo e Publicidade e Propaganda, estão entre os mais procurados da instituição. Entre as 79 oportunidades de graduações oferecidas, os cursos de Publicidade e de Jornalismo ocuparam, respectivamente,

as 12^a e 13^a posições na relação candidato/vaga no vestibular 2012. O novato Audiovisual (7,1) tem o mesmo patamar de disputa do tradicional Administração (7,4)³.

Essa realidade contrasta em absoluto com a época da criação “provisória” – apenas três vestibulares, com 80 vagas cada – do curso de Comunicação Social, que deveria ter “caráter não permanente”, conforme decisão da Ufes, em setembro de 1974.

Relembrando o que estabelecia a Resolução 16/74 do Conselho Universitário: “Decorrido o prazo de 3 (três) anos, a Universidade só poderá abrir novas vagas se comprovada a necessidade do mercado de trabalho e renovada a autorização ministerial”.

A mudança tão expressiva do lugar da comunicação na sociabilidade em menos de quatro décadas se explica pelo fato de que a atualidade tem uma marca peculiar: a forte presença das trocas comunicacionais no processo de relações socioeconômicas e político-culturais, seja por meio do consumo dos conteúdos dos meios de comunicação de massa, seja por intermédio do uso de tecnologias de comunicação e informação em mídias alternativas, como ficou claro na justificativa apresentada há pouco para a criação do curso de Audiovisual.

Vive-se hoje o que Muniz Sodré (1996) caracteriza como “sociedade midiaticizada”. Para o autor, nessa sociedade, “as instituições, as práticas sociais e culturais articulam-se diretamente com os meios de comunicação, de tal maneira que a mídia se torna progressivamente o lugar por excelência da produção social de sentido, modificando a ontologia tradicional dos fatos sociais” (p. 27).

De acordo com Sodré (2002), a imbricação sociedade x mídias viabiliza a instituição de um *ethos* (costume, hábito, regra, espaço de realização da ação humana) midiaticizado na contemporaneidade. A sociedade atual “rege-se pela midiaticização, pela tendência à ‘virtualização’ ou telerrealização das relações humanas” (p. 21).

Está-se mergulhado naquilo que Castells denominou de “cultura da virtualidade real”. Cultura engendrada por um sistema de comunicação “em que a própria realidade (a experiência simbólica/material das pessoas) é inteiramente captada, totalmente imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo do faz-de-conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na experiência” (2001, p. 395).

3 Cf. <http://www.ccv.ufes.br/>. Acesso 19 jun 2012.

Nesse ambiente em contínua transformação, Cardoso (2010, p. 24) afirma que se registra um outro e significativo paradigma de comunicação social. Para o autor, “ultrapassamos o modelo de comunicação baseado em comunicação em massa e encontramos num modelo baseado na comunicação em rede”, seguindo-se o modelo preponderante de organização social⁴.

Na atualidade, registra-se uma outra “dieta” de comunicação, baseada na utilização cruzada ou articulada de um conjunto de meios para se viabilizar trocas comunicativas das mais diversas naturezas⁵.

Segundo Cardoso (2007), no modelo da comunicação de massa, “graças à utilização de tecnologias de mediação específicas, uma única mensagem é dirigida a uma ‘massa’ de pessoas, isto é, enviada para um público cuja real dimensão se desconhece, e como tal não delimitado *a priori* e que se supõe ser de grandes dimensões” (p. 130).

No entanto, na contemporaneidade,

O modelo de comunicação gerado nas sociedades informacionais, onde o modelo de organização prevalente é a rede, é o modelo da comunicação sintética em rede, um modelo de comunicação que não substitui os anteriores, antes os articula, produzindo novas formas de comunicação, produzindo também novas formas de facilitação de *empowerment* individual e consequentemente autonomia comunicativa (2007, p. 133).

“As características de interdependência, ambivalência e síntese no universo da mídia (da dimensão cultural à econômica) permitiram que se desenvolvesse um sistema de mídia em rede, fundamentado na convivência entre de mídias de difusão (rádio, TV e jornais) e metamídia, isto é, a mídia que, como a internet, e até certo ponto

4 Para Castells (2001), as tecnologias digitais da informação e da comunicação (TICs) sustentam um tipo peculiar de sociabilidade: a sociedade em rede. Segundo o autor, as TICs potencializaram uma marca ancestral das relações humanas: a experiência de relações em rede. Tais redes, que são “um conjunto de nós interconectados”, “ganham vida nova em nosso tempo, transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet” (2003, p. 7). A sociedade em rede se estabeleceu no final do século XX, a partir de avanços tecnológicos e questões culturais, econômicas e políticas.

5 Esta publicação não corrobora o determinismo tecnológico. Tem-se a visão de que a tecnologia influencia fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais, e é marcada por eles, num complexo movimento histórico de reciprocidades, usos, inovações, desvirtuamentos e disputas, sem determinismos ou mudanças por impactos.

o celular, combinam a comunicação interpessoal com a comunicação em massa” (Cardoso, 2007, p. 133).

Nessa direção, para Cardoso:

As práticas dos agentes sociais na sociedade em rede combinam as mídias nas tentativas de obter resultados. Não são usos isolados de um meio específico. Devemos olhar para as mídias não como tecnologias isoladas, mas como objetos de apropriação social que são diversificados e combinados consoante os objetivos a atingir pelo utilizador. [...] Não nos limitamos a ouvir rádio, ou ler jornais, ou navegar na internet. A prática é uma articulação, ou, se preferimos, uma ligação em rede de várias mídias diariamente, em casa, no trabalho, na escola ou em deslocações (2010, p. 36).

Ou seja, temos uma atualidade de comunicação em rede, que se dá basicamente pela articulação de mediações (interpessoais e de massa), pela constituição de um mix de acessos e emissões conformado a partir das intenções, desejos e necessidades do usuário, configurando-se um mosaico de interfaces. Tudo isso incrementado o lugar da comunicação no cotidiano contemporâneo.

Conclusão

É nesse ambiente de comunicação em rede, de mosaico de interfaces na sociedade midiaticizada, que o Departamento de Comunicação Social completa 38 anos e avança em suas atividades.

Ainda há desafios importantes, como a criação de uma pós-graduação na área. Mas, com movimentos como a criação do curso de Audiovisual, o Departamento de Comunicação se renova e parece mostrar que está se desvinculando do paradigma do “*delay capixaba*”, qual seja, dos atrasos recorrentes com relação aos demais Estados da Federação acerca de diversas questões importantes à sociedade de cada tempo.

Para finalizar, destaca-se que ao se produzir uma memória é importante ressaltar que o passado sempre teve um futuro. E o futuro do passado, pelo menos o do ano de 1974, na Ufes, não contemplava nem presumia uma demanda permanente e crescente no campo da comunicação.

O decorrer do tempo mostrou o inverso. O curso “provisório” se tornou presente, constituiu um passado, cujos vestígios aqui se tentou mapear, e, dada a relevância

da comunicação nos dias de hoje, parece que seguirá em trajetória ascendente, mas não menos desafiante.

Neste presente de 2013, pode-se dizer que o futuro se mostra inexoravelmente ligado à Comunicação, tanto é que os estudos, as pesquisas e as formações profissionais nessa área só ampliam seus espaços, como bem demonstra o caso do Departamento de Comunicação Social da Ufes.

Se essa será a história do horizonte que hoje se vislumbra, só as memórias do futuro poderão descrever. Ao presente, só resta ler o passado, examinar o presente e imaginar o futuro, no eterno exercício humano de multiplicar os presentes e, assim, construir a História.

Referências :

BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil – a saga dos pioneiros*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

CARDOSO, Gustavo. Da comunicação em massa à comunicação em rede: modelos comunicacionais e a sociedade da informação. In: MORAES, Denis. *Mutações do visível*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. *A mídia na sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GONTIJO, Silvana. *O livro de ouro da comunicação*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

MARTNUZZO, José Antonio (Org.). *Balzaquiano – Trinta anos do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo 1975-2005*. Vitória: DIO, 2005.

_____. *Quase 200 – A imprensa na história capixaba*. Vitória: DIO, 2008.

POLLACK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

SCHAYDER, José Pontes. *História do Espírito Santo: uma abordagem didática atualizada – 1535/2002*. Campinas: Companhia da Escola, 2002.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Reinventando a Cultura*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ULIANA, Camila et al. Comunicação: História de interesses e poder. In: MARTNUZZO, José Antonio (Org.). *Balzaquiano – Trinta anos do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo 1975-2005*. Vitória: DIO, 2005.

VESCOVI, Ana Paula V. J., BONELLI, Regis (Orgs.). *Espírito Santo: Instituições, desenvolvimento e inclusão social*. Vitória: IJSN, 2010.

Recebido: 20/06/2012

Aprovado: 27/08/2012